

A construção do plano de ensino de história da África no ensino superior: desafios, temas e referências

The Construction of the African History Teaching Plan in Higher Education: Challenges, Topics and References

Delton Aparecido Felipe*

RESUMO

Esse artigo problematiza os desafios de se construir o plano de ensino de história da África para um curso de licenciatura. Propomos uma reflexão sobre os caminhos trilhados para organizar uma disciplina que ajudasse a desconstruir os inúmeros estereótipos e preconceitos vivenciados pela população negra africana e seus diaspóricos sem, com isso, desconsiderar as dinâmicas internas e os processos de sociabilidades dentro do continente no decorrer de sua história. Apresentamos, no texto, temas e conteúdos selecionados, assim como referências que permitiram trabalhar com uma historiografia que focalizasse o olhar de estudiosos africanos sobre o seu continente, além de demonstrar algumas relações possíveis entre a história da África e do Brasil.

Palavras-chave: história da África; plano de ensino; licenciatura em História.

ABSTRACT

This article discusses the challenges of developing a bachelor's degree. He proposed an analysis of the ways to organize a program that would help to deconstruct the innumerable stereotypes and prejudices experienced by the black population and its diasporic, without neglecting the internal dynamics and processes of sociability within the continent. We present, without text, themes and selected subjects, as well as we did a work with a historiography that focuses the view of African students on their continent, as well as a history of Africa and Brazil.

Keywords: history of Africa; teaching plan; degree in History.

O campo legislativo educacional, no alvorecer do século XXI, trouxe novidades que têm afetado a organização curricular dos cursos de graduação em História. Uma dessas inovações foi a aprovação, em 9 de janeiro de 2003, da Lei nº 10.639, a qual outorga a obrigatoriedade do ensino de história e cultura

* Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. ddelton@gmail.com

afro-brasileira e africana em sala de aula (Brasil, 2003). Esta lei, mesmo com texto normativo contendo apenas dois artigos, elegeu a escola como um espaço para a descolonização do imaginário racial do nosso país. Dessa maneira, é imprescindível compreender que a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam eles públicos ou privados, não significa simplesmente a alteração do currículo pedagógico, mas, acima de tudo, a reafirmação de uma promessa já consagrada na Constituição Federal de 1988, de uma educação pluri-étnica e emancipadora.

Não é novidade para ninguém que, desde a Constituinte de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996 e adentrando os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), a educação escolar se tornou um espaço que objetiva, além de assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência dos mais diversos grupos étnicos-raciais no ambiente escolar, reformular o tratamento dispensado aos marginalizados nas políticas no sistema de ensino no decorrer da história do Brasil. Cabe ressaltar que a aprovação da Lei nº 10.639/2003 faz parte de uma luta antirracista empreendida pelo movimento negro desde fins da década de 1970 que, para além de outras ações, vê na introdução da história da África e no ensino da história social da população negra no Brasil uma das estratégias de combate ao racismo ainda presente no cotidiano nacional (Silva, 2002, p. 1).

Apesar de a outorga da obrigatoriedade dessas disciplinas ter sido aprovada para efetivação na educação básica, podemos afirmar que ela foi um instrumento estratégico para a inserção desta temática no ensino superior. Soma-se a isso o fato de que uma das reclamações constantes dos professores e das professoras, assim como do movimento negro para a não-efetivação dessa Lei nas escolas, era a de uma não-preparação, nos cursos de graduação, para trabalhar com os temas/conteúdos no ensino fundamental e no médio. Tendo isso em vista e somada a pressão dos núcleos de estudos afro-brasileiros nas instituições de ensino superior, a partir do ano de 2004 muitas delas começaram a incluir a disciplina História da África nos cursos de graduação em História e outras disciplinas relativas à Lei nº 10.639/2003, em outros cursos de graduação e, em especial, nas licenciaturas.

A Resolução nº 1 do Governo Federal, de 17 julho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, determina em seu corpo normativo que:

As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/20004. O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. (Brasil, 2004)

A aprovação da resolução mencionada fez com que surgisse a necessidade de contratação de docentes nos cursos de graduação, ainda que tivessem preparos necessários para formar os alunos de licenciatura para o trabalho com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Prado e Graf (2010) argumentam que, a partir de 2009, iniciaram-se os concursos específicos para contratação de professores de história da África e, em 2012, a lei tornou-se um dos itens de avaliação dos cursos superiores. Todas essas ações geraram impactos positivos no número das pesquisas e atividades de ensino e extensão relacionadas às temáticas.

Nesse contexto de elaboração de vários dispositivos legais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ensino superior é que se insere esse artigo, visto que seu objetivo é relatar como se deu a implementação da disciplina de história da África no curso de História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Para isso, é necessário entendermos que as discussões e a produção do projeto de implantação do curso se deram a partir de 2007 e, nesse período, a instituição ainda se chamava Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). O curso foi aprovado em 2010, iniciando a primeira turma em 2011.

Ao analisar brevemente a grade curricular e o ementário do projeto de implementação do curso de Licenciatura Plena em História,¹ percebe-se que a disciplina de história da África está inserida no projeto desde o início, deixando-o em consonância com a Resolução nº 01/2004 mencionada anteriormente, a qual determina que o ensino das relações raciais é um requisito da avaliação de condição para o funcionamento dos cursos. No ementário das disciplinas, a história da África está prevista como uma disciplina eletiva e que

deve ser trabalhada no terceiro ou quarto ano do curso, com uma carga horária de 72 horas anuais, sendo que 62 teóricas e 10 práticas.

De acordo com as definições do Ministério da Educação (MEC), as disciplinas eletivas são aquelas constantes da matriz curricular para que alunas/os possam optar. Ademais, deverão ser cumpridas sob a orientação pedagógica da coordenação do curso. Trata-se de um elenco de disciplinas, devendo alunas/os terem a obrigatoriedade de cumprir um determinado número de carga horária ao longo do curso. As disciplinas eletivas são de livre escolha de alunas/os regulares, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica.

Ao ser inserida no projeto de curso como disciplina eletiva, história da África fica sujeita a variantes, como ter docentes para oferecer esse componente curricular e também ter alunos matriculados nele, o que incorre na possibilidade de uma turma entrar e sair do curso de graduação sem ter acesso aos conteúdos que, ao nosso ver, é essencial para problematizar o racismo, como muito bem afirmam Silva e Felipe (2019, p. 57), “visto que parte significativa do racismo vivenciado pela população negra [brasileira] tem como referência os estereótipos e os preconceitos que os povos africanos foram e são alvo ao longo da história”.

É importante ressaltar que não é incomum no Brasil, mesmo na atualidade, que a disciplina de história da África seja inserida como eletiva no projeto de curso de História. Diallo (2017), em sua tese de doutorado voltada aos currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História no Mato Grosso do Sul (2003-2016), constata que geralmente a disciplina ocupa o lugar de eletiva e, ao perguntar a um dos entrevistados, responsável pela elaboração de um dos currículos analisados, o porquê de decidirem que história da África era um componente curricular eletivo, ela recebeu a seguinte resposta:

A África parece que não faz tanta falta assim, no geral quando você vai mexer na grade, você não sente tanto a preocupação com essa questão. É óbvio que quem trabalhou com África, ainda que de uma forma amadora como eu fiz, faço, percebe que uma disciplina é muito pouco para gente trabalhar dentro do curso de História, mas ao mesmo tempo são muitas as demandas de uma disciplina dentro do curso. E uma disciplina eletiva não adiantaria, teria que ser uma disciplina obrigatória, dentro da grade, para ser ver algum efeito, só você colocar lá

História da África contemporânea, por exemplo, e não estabelecer que isso como uma disciplina obrigatória não vai adiantar. (Monteiro, 2015 apud Diallo, 2017, p. 128, grifo nosso)

Na resposta que lemos do professor entrevistado por Diallo (2017), percebemos que o projeto de curso ou mesmo o seu currículo é um terreno em disputa e, na hora da elaboração dele, por mais que já se admita que história da África deva ser uma disciplina do curso, ainda assim, ela é considerada de menor importância se comparada a outras demandas. O questionamento que fica é: será que isso se deve à invisibilidade da importância dos povos africanos para organização social, política e econômica do Brasil?

Outro motivo de atenção é o fato de a disciplina ter como carga horária total 72 horas, e na ementa está determinado que se deve trabalhar “estudo da história e historiografia da África. Tribos, nações e reinos: resistências e dominação imperialista. Cultura africana e as influências na formação cultural, social e econômica do Brasil. Análise e produção de material de pesquisa sobre a História da África” (Diallo, 2017, p. 108). Ao nosso ver, só é possível cumprir a ementa se os conteúdos/temas forem trabalhados de forma extremamente superficial ou escolher dentro do que é determinado pontos específicos. Para além disso, entendemos que trabalhar história da África implica questionar os conceitos que foram solidificados a partir do ensino de História e desconstruir as estereótipos forjadas pelo imaginário europeu sobre os africanos e seus descendentes no Brasil; “falar sobre a África significa questionar e desafiar crenças adquiridas, pressupostos afirmados e múltiplas sensibilidades” (Meneses, 2007, p. 36).

O processo de desconstrução de uma perspectiva eurocêntrica sobre o continente africano e seus diaspóricos é fundamental para compreender e contextualizar as informações sobre de história da África de forma crítica. Conforme argumentam Serrano e Waldman (2007), existem visões estereotipadas cultivadas contra os povos africanos e suas regiões; mais do que qualquer outro continente, a África foi alvo de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção de sua realidade e uma única disciplina, em que pese o fato de ser eletiva, com uma carga horária de 72 horas, torna esse processo praticamente impossível para o docente que a ministrará.

Quando cheguei à Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo

Mourão, quase na metade do ano letivo de 2013, como professor colaborador e com uma carga horária de 20 horas, a primeira turma do curso já estava no terceiro ano e as disciplinas, que são anuais, já tinham sido distribuídas. Esse ano seria o primeiro em que a disciplina de história da África poderia ser oferecida, mas não foi ministrada. No ano letivo de 2014, solicitei à coordenação do curso que a disciplina de fosse ofertada e me comprometi a ministrá-la. O meu pedido foi acatado e decidiu-se que ela seria oferecida para os graduandos do terceiro ano letivo, o que me levou a argumentar que desta forma a primeira turma, aquela que entrou 2011 e terminaria o curso em 2014, não teria acesso aos conteúdos/temas referente à ementa da disciplina de história da África.

Depois de uma intensa discussão no colegiado do curso de História, ficou decidido que em 2014 eu ofertaria a disciplina para o terceiro e o quarto ano da licenciatura em História. Nessa reunião ficou nítido que, apesar de eu ter feito um concurso simplificado em história cultural e não em história da África, parte significativa dos docentes acreditavam que era uma responsabilidade minha trabalhar com tal disciplina, por ser único professor negro do curso.

Diante disso, expliquei a eles que eu tinha compromisso político com a disciplina em questão, no entanto a ministraria por ter feito mestrado e doutorado discutindo história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, e que os professores que são lidos como brancos também devem se comprometer com um ensino e aprendizagem que desconstrua uma visão negativa sobre a África, a qual fora difundida no Brasil a partir de uma história eurocentrada. Como argumenta a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, “a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política” (Brasil, 2004, p. 16).

Confirmado que a disciplina de história da África seria ofertada em 2014 e que o responsável por ela seria eu, coube a mim organizar o plano de ensino com base no ementário que está no projeto de implementação do curso para aprovação do colegiado, o que foi um grande desafio, visto que eu precisei considerar temas/conteúdos previstos na ementa com a carga horária disponibilizada. É preciso mencionar que, nesse momento, a instituição disponibiliza um modelo de plano de ensino, o qual deve ser seguido, obrigatoriamente, pelo docente. Este plano deve reproduzir algumas informações que estão no

projeto de implementação do curso, como carga horária e ementa; outras informações ficam sob a responsabilidade do professor, como objetivos da disciplina no curso, programa da disciplina, metodologia de trabalho, avaliação, bibliografia básica – que obrigatoriamente deve ter na biblioteca da instituição – e bibliografia complementar.

PLANO DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: DES(CONSTRUINDO) A HISTORIOGRAFIA, (RE)PENSANDO AS FONTES E QUESTIONANDO O ISOLAMENTO

Um dos desafios para elaborar o plano ensino da disciplina de história da África está relacionado diretamente à amplitude dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que configuram o continente africano, desde a Antiguidade até os dias atuais. África têm uma vasta dimensão territorial e é extremamente diversificada. Por exemplo, na atualidade ela tem 54 países que falam mais de cem línguas diferentes, com as mais variadas manifestações sociais e organizações com características históricas e dinâmicas internas. Essa multiplicidade de vivências históricas e sociais é tão importante que autores como Souza e Felipe (2019 p. 57) preferem utilizar o conceito de Áfricas para se referir ao continente e explicam que:

As Áfricas é o modo que utilizamos para nos referir à diversidade de cultura existente no continente africano e é importante lembrar que a África é um continente, um aglomerado de países e não unicamente um país, reconhecer a grandiosidade territorial de continente africano, dá origem a um olhar não estereotipado e de reconhecimento da sua diversidade e um começo de construção do que o continente realmente é.

Para conseguir superar o desafio, acatamos o conselho de Cunha Junior (2006) que argumenta que, em virtude da amplitude que têm a cultura e a história dos povos africanos, há um grande debate sobre qual história deveria ser trabalhada na educação brasileira. Para o autor, deve-se priorizar a história africana que possibilita a compreensão do Brasil, aquela que ajuda a explicar os aportes significativos dos africanos diaspóricos para a construção da socie-

dade brasileira e permite a desconstrução dos inúmeros estereótipos e preconceitos vivenciados por homens e mulheres negras.

Lógico que entendemos que é necessário a construção de uma história da África que considera a sua dinâmica interna e os processos de sociabilidades dentro do continente, mas devido à carga horária da disciplina, optamos por priorizar uma história da África condicionada à ideia de ancestralidade, sobretudo por compreendermos que a disciplina é um direito de memória da população negra brasileira. A partir daí, inseriremos explicações sobre a dinâmica interna do continente.

A ancestralidade dos povos africanos e seus descendentes diaspóricos pelo mundo tem posição de destaque no conjunto de valores de mundo. Vincula-se à categoria de memória que chegou, aos dias atuais, irradiando energia mítica e sagrada. Integrantes do mundo invisível, os ancestrais orientam e sustentam os avanços coletivos da comunidade. A ancestralidade remete aos veneráveis, sejam os da família extensa, da aldeia, do quilombo, da cidade, do reino ou do império, e a reverência às forças cósmicas que governam o universo, a natureza e marca a existência da população negra, independente do território que esteja (Souza; Felipe, 2019).

A partir do ementário e do pressuposto anteriormente, elaboramos três objetivos para o ano de 2014, que foram os mesmos dos anos de 2015 e 2016, período que fui responsável pela disciplina: apresentar um panorama geral da história e historiografia do continente africano; problematizar as relações sociais estabelecidas entre os povos africanos, asiáticos, europeus e americanos e seus desdobramentos históricos; e, por fim, identificar as relações históricas, sociais, econômicas e culturais entre Brasil e África.

Para atender aos objetivos, dividimos a disciplina em cinco temáticas trabalhadas em quatro bimestres, cada um perfazendo um total de 18 aulas, o que no final do ano letivo somou as 72 horas previstas no projeto de curso. No primeiro bimestre, a temática mobilizadora de nossa prática pedagógica foi a África como objeto de estudo na historiografia: temas, fontes e métodos; no segundo bimestre, trabalhamos duas temáticas inter-relacionadas: a expansão do Islã, interações sociais e o tráfico, e as escravidões na África (século VII a XIX); no terceiro bimestre, nos concentramos na temática que versava sobre os colonialismos e as lutas pela independência; no quarto e último bimestre, a temática foi a África e sua luta pela independência.

Para problematizar a temática proposta para o primeiro bimestre, iniciamos nossas discussões com a seguinte pergunta: a África tem história? Para responder a essa questão, utilizamos como base o texto o “Lugar da história na sociedade africana” de Boubou Hama e Joseph Ki-Zerbo (1982). Ao começar os debates com esse texto, tivemos duas intenções: discutir as visões que se tem sobre o continente africano – historiografia –; e utilizar autores africanos, como Hama, que é um historiador nigeriano, e Ki-Zerbo, um historiador de Burkina Faso, para demonstrar a importância de lermos intelectuais que buscam descolonizar a historiografia, mostrando outras possibilidades de pensar o continente africano.

Os intelectuais africanos, ao tratar da história do seu continente, afirmam que:

O homem é um animal histórico. O homem africano não escapa a esta definição. Como em toda parte, ele faz sua história e tem uma concepção dessa história. No plano dos fatos, as obras e as provas de sua capacidade criativa estão aí sob nossos olhos, em forma de práticas agrárias, receitas de cozinha, medicamentos da farmacopeia, direitos consuetudinários, organizações políticas, produções artísticas, celebrações religiosas e refinados códigos de etiqueta. **Desde o aparecimento dos primeiros homens, os africanos criaram ao longo de milênios uma sociedade autônoma que unicamente pela sua vitalidade é testemunha do gênio histórico de seus autores.** Essa história engendrada na prática foi, enquanto projeto humano, concebida *a priori*. (Hama; Ki-Zerbo, 1982, p. 23, grifo nosso)

A partir do trecho citado, podemos argumentar que o continente africano tem história, mas é uma história que deve levar em consideração as características dos seus atores e das sociedades organizadas por esses. Afirmção de Hama e Ki-Zerbo (1982) nos levou a outro questionamento: se a África tem história, por que, apesar de o Brasil ser o país com maior população negra fora do continente africano, sabemos tão pouco sobre ela?

Com base nas argumentações de Fage (1982), podemos afirmar que os estudos sobre as Áfricas são tão antigos quanto o início da história escrita. Os estudiosos da Europa e os da civilização islâmica medieval foram os principais construtores das referências do que é conhecido sobre aquele continente na atualidade. No entanto, de acordo com Serrano e Waldman (2007), o imaginário europeu, muitas vezes respaldado pela escrita dos seus intelectuais, atri-

buiu às terras africanas e aos seus habitantes um amplo leque de injunções desqualificantes; a África foi condenada ao papel de espaço periférico da humanidade.

É inegável que o mundo ocidental construiu o seu relacionamento com as populações extra-europeias com base em preconceitos de todo o tipo, foi a partir de uma historiografia eurocêntrica que se estratificou o preconceito cultivado contra o outro, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos povos negros africanos. Nesse particular, Cunha Júnior (2006) afirma que o continente africano foi, inegavelmente, o mais desqualificado pelo pensamento europeu. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo do tempo, em decorrência de diferentes formas de relacionamento estabelecidas com os seus povos, é indiscutível que esse continente foi, mais que qualquer outro, naturalizado pelo pensamento ocidental com imagens negativas e excludentes.

O embrião dessas concepções discriminatórias nos remete às formulações surgidas na antiguidade clássica. Para os antigos gregos e romanos, a África compreendia as terras situadas entre os países de Líbia e Marrocos, habitados por povos de idioma berbere (o termo diz respeito a um grupo de línguas que integra a família afro-asiática, mas não se designa a nenhuma etnia específica). Desse modo, refere-se aos povos cujas características são, em alguns contextos, muito discrepantes entre si, “seria o caso dos garamantes, númidas, líbios e mauritânios, costumeiramente mencionados nas crônicas e documentos do Império Romano” (Serrano; Waldman, 2007, p. 17). Recorda-se que o termo “berbere” deu origem à palavra *bárbaro*, para identificar as populações cuja língua e cultura eram consideradas inferiores em relação às dos povos greco-romanos.

Historicamente, o regime de estereótipos imposto à África foi reforçado pela distância e relativo isolamento do continente em relação aos países da Europa. Na historiografia produzida sobre o continente, na Antiguidade ou no mundo medieval, em particular, a África negra ou subsaariana constituía um domínio nebuloso, por causa das informações fragmentárias e distorcidas. Por exemplo, no imaginário medieval, as imagens do continente africano suscitavam todo o tipo de objeções, como a ideia de calor severo, infestações de monstros e outros seres fabulosos, coabitando com grupos de semi-humanos ou de humanos inferiores. O quadro africano construído pelo imaginário social

européu relacionado foi marcado pelo estigma da subalternidade. Não é de admirar que as representações sociais confirmem a pretensa inferioridade (Hernandez, 2005).

Na historiografia produzida na modernidade, a partir do século XV as representações do continente africano se relacionam intimamente às demandas da sociedade capitalista ocidental que, de modo contínuo, reapresenta para o continente a condição periférica do sistema de produção de mercadorias e de homens e mulheres escravizados. Na fase do capitalismo industrial, já no século XIX, é a carência de civilização o principal argumento para sua estereotipia.

As Áfricas foram enredadas por uma política de hierarquização do conhecimento imposta pelo domínio europeu. Agora o discurso desclassificatório é de que a África não é civilizada, cabendo aos países europeus a função de levá-la a civilização. A África foi inteiramente retalhada e distribuída entre as potências coloniais, que reorganizaram o espaço segundo seus interesses, ignorando todo e qualquer arranjo espacial anterior. De acordo Serrano e Waldman (2007), com exceção da Etiópia, a totalidade do continente ficou, de uma forma ou de outra, sob os interesses econômicos e políticos do imperialista ocidental. Não sem motivo, a África passou a ser conhecida como o continente colonial por excelência. Com as imagens elaboradas pelo mercantilismo e pelo capitalismo industrial no pós-guerra no contexto da independência dos países do continente africano, a historiografia de base europeia propagou uma nova leitura desqualificante de total pobreza, de subdesenvolvimento, de um continente tomado por doenças e por guerras em que nomeiam de tribais, por golpes de Estado contínuos, pelo analfabetismo, pela falta de perspectivas; muitas vezes, o continente africano é reduzido à seca, ao se propagar somente imagens do deserto do Saara, ou da selva, como se África fosse somente as savanas ou a floresta do Congo (Felipe, 2009).

Nesta nova elaboração, plena de estereotípias negativas, o futuro não reservaria nenhuma benesse para o continente, condenado, *a priori*, à estagnação. Tal como leituras anteriores, essa nova coleção de imagens associa-se a um discurso ideológico, segundo o qual a África seria incapaz de conduzir o próprio destino; portanto, deve-se continuar a apelar para o ocidente na busca de soluções para os seus problemas. Como nas imagens anteriores, a visão estereotipada sobre a África e seus povos, por meio de um discurso generalizante e excludente, utiliza-se dos preconceitos e das falsas concepções. Objeto

tivamente, essas perspectivas trabalham para confirmar a submissão da África ao mundo ocidental e às suas expectativas econômicas, sociais e políticas.

No entanto, é preciso chamar atenção para um outro tipo de historiografia que começou a ser produzida sobre o continente africano no final da década de 1950. Silvério (2013) disserta que, desde o processo de descolonização dos países africanos, uma reconstrução da história da África passou a ser almejada a partir de três bases: o primeiro elemento e, talvez, o mais trabalhoso, foi denunciar a historiografia europeia desqualificante dos séculos anteriores. O segundo, construir uma História que fizesse com que os países africanos nutrissem sentimentos de pertencimento em si, baseados naquilo que ficou conhecido como pan-africanismo.² O terceiro e último elemento caracterizou-se numa abordagem diferenciada que emergiu contra a história eurocêntrica e elitista.

Diante disso, era fundamental resgatar os movimentos e as dinâmicas próprias das sociedades africanas, considerando os grupos sociais presentes no continente. Esses três elementos tinham como finalidade a construção de uma nova escrita da história para o continente africano, tarefa levada a cabo por historiadores africanos como Boubou Hama e Joseph Ki-Zerbo, autores do primeiro texto escolhido para trabalhar com discentes matriculados na disciplina de história da África.

A construção de uma historiografia sobre o continente africano que permitisse reorganizar o imaginário desqualificante, imposto pela perspectiva eurocentrada, fez com que surgisse uma discussão sobre as possíveis fontes para se conhecer a história da África. Para fomentar essa discussão, colocamos um conteúdo programático da disciplina, ainda no primeiro bimestre, com um item chamado “as metodologias de pesquisa: fontes orais, relatos de viajantes, arqueologia e linguística”. Para tanto, escolhemos um texto da historiadora brasileira Analúcia Danilevicz Pereira (2013), que tinha acabado de ser publicado, intitulado “*África pré-colonial: ambiente, povos e culturas*”, para conduzir a discussão.

Nesse texto, a autora chama atenção às contribuições de áreas do saber como Arqueologia, Linguística e os estudos da tradição oral para construir uma historiografia vinda de dentro, em especial da África subsaariana.² Visto que as fontes escritas são raras no período em que Pereira (2013) chama de África pré-colonial (antes da chegada dos portugueses, no século XV), já que

a maioria dos povos tinha como base a tradição oral, ou seja, quando se encontram fontes escritas, elas são raras no tempo e espaço e, geralmente, se referem à África do norte. Escritos sobre África subsaariana são encontrados com maior frequência a partir do século VIII, com a expansão islâmica. No entanto, a interpretação destas fontes é, muitas vezes, difícil, sobretudo por estar marcada por processos de sociabilidades não inteligíveis ao mundo ocidental. E é exatamente essa dificuldade de acesso às fontes que fez com que muitos historiadores europeus afirmassem que a África, em especial, a negra (subsaariana), não tivesse história.

Tanto Silvério (2013) como Pereira (2013) concordam que os testemunhos mudos, revelados pela arqueologia, são, em geral, mais eloquentes do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas. A Arqueologia, por suas prestigiosas descobertas, já deu uma contribuição valiosa à história africana. Da mesma forma, a Linguística também ofereceu uma contribuição fundamental para entendermos o processo de sociabilidade dos povos africanos, foi a partir da decodificação de símbolos feita por essa ciência, em especial a partir década de 1970, que podemos afirmar que os diferentes povos do continente africano estavam em constante processo migratório e interacional interno, antes da expansão do Islã no século VII, e antes dos portugueses aportarem na costa ocidental, no século XV. Esses processos internos de sociabilidades permitiram trocas culturais, ao ponto de encontrarmos símbolos parecidos em povos que estavam na costa ocidental e na costa oriental do continente africano. Isso é importante para romper com o pressuposto historiográfico eurocêntrico que adentrou o Brasil, por meio da escravidão, regime em que os povos africanos viviam isolados e com sua cultura cristalizada e pouco desenvolvida. Para além disso, os estudos que aproximam a Linguística e as tradições orais do continente africano têm mostrado que essa última é um vetor do capital de criações socioculturais acumuladas pelos povos ditos sem escrita, como os diversos povos africanos, antes da chegada do Islã e dos portugueses (Silvério, 2013).

Mesmo que de forma sintética, ao tratarmos da importância da Arqueologia, Linguística e tradição oral e outras fontes para pensar a história do continente africano, intentamos problematizar com os discentes a ideia de uma África a-histórica, isolada e não civilizada, que se considere o quão eurocêntrico é o conceito de civilização em seu uso nas ciências humanas. Como afirma Obenga (1982, p. 59), estudioso congolês das línguas africanas, ao tratar

sobre as fontes para se pensar o continente africano: “quanto mais os fundamentos da história africana se tornam conhecidos, mais essa história se diversifica”. Dessa forma, os futuros professores e professoras, ao olhar para a população negra no Brasil, não a veria somente como descendentes de escravos, mas de homens e mulheres escravizadas, que foram retirados de um sistema histórico, social, político e cultural diferente do europeu.

No segundo bimestre, para atender o estabelecido pelo ementário contido no projeto de implementação de curso, optamos por ter como tema – por questão da reduzida carga horária da disciplina – a discussão dos conceitos de escravidão. A escolha se deve ao fato de que, com esse tema, reforçamos a ideia de que os povos africanos não estavam isolados antes da chegada dos portugueses. Ainda, que para além da interação interna, houve um intenso contato externo, em especial depois do século VII, com a expansão muçulmana sobre o continente. De acordo com Pereira (2013), este processo envolveu, inicialmente, a conquista e, mais tarde, a conversão de diversos povos africanos ao Islã. Teve início no século VII, com a conquista do Egito, cem anos mais tarde todo o litoral africano do mediterrâneo estava conquistado, e avançaram gradativamente para o sul, através do deserto do Saara. Nos séculos seguintes, a religião muçulmana dominou diversas regiões da África subsaariana.

Ao avançar pelo continente africano, os muçulmanos interagiram com o sistema sociocultural de diversos povos, inclusive com o sistema de escravidão que, até então, existia no continente. Para compreender como se deu o processo de interação e mudanças com a escravidão que afetou o continente no decorrer da história, utilizamos como referência para mobilizar as discussões o capítulo “História da África e a escravidão”, do livro dos intelectuais negros Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Junior, *Uma história do negro no Brasil* (2006) e o livro do historiador norte americano Paul Lovejoy, *A escravidão na África* (2002), para explicar os tipos de escravidões.

O sistema escravocrata existente antes da chegada da expansão muçulmana foi intitulado de escravidão doméstica e também pode ser conhecido como escravidão interna pré-colonial africana, em que as pessoas eram transformadas em escravas por punição de algum crime, ou por dívida (favorecendo a penhora humana). Alguns autores, como Lovejoy (2002), afirmam que esse tipo contraditório de escravidão pode ser considerado uma forma menos agressiva, pois os escravos poderiam ter acesso à terra enquanto meio de pro-

dução, poderiam casar-se com pessoas livres e, algumas vezes, eram considerados como membros da família de seu proprietário.

Na escravidão doméstica, o escravo era adotado como filho do senhor, mas ficava menor para sempre, nunca se emancipando do controle de seus proprietários. Nesse sistema, os escravos podiam desempenhar muitas funções econômicas, mas sua presença estava relacionada com o desejo do senhor de aumentar o seu poder político. A sociedade, nesse caso, não estava organizada de modo que a escravidão fosse uma instituição essencial, além do mais essa escravidão raramente implicava deslocamento para fora do continente africano.

Desde fins do século VII os árabes, partindo da região do Golfo Pérsico e da Arábia, disseminaram o islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente, das armas. As guerras santas, ou *jihad*, eram destinadas a islamizar populações, converter líderes políticos e escravizar os “infiéis”, prática que ficou conhecida como escravidão islâmica e que dava preferência por escravas do sexo feminino. Lovejoy (2002) afirma que essa preferência pode ser explicada pela função reprodutiva das escravas concubinas. Os países muçulmanos eram o destino de muitos cativos, pois a cultura e religião islâmica aceitavam o sistema de concubinagem, estando as concubinas a ocupar o lugar de preferência, como companheiras e mães, além de seu poder de reproduzir e serem de mais baixo custo de aquisição para seu proprietário, em relação às suas mulheres-esposas.

A escravidão muçulmana incentivou um tipo mais comercial de escravidão no mundo árabe, o que explica a presença negra em diversos países do oriente. Além disso, estudiosos africanistas encontraram inúmeros escritos que se referem às Áfricas, a partir do século XVII, em bibliotecas do atual Irã (região da antiga Pérsia). Giordani (2013, p. 20), ao relatar a influência do mundo islâmico sobre as Áfricas, afirma que “historiadores como Djait ao considerar as fontes chegou a dividir a história continente em Antiguidade pré-islâmica, Idade Islâmica e fonte escritas a partir do século XV”.

A chegada dos europeus, a partir do século XV, e o comércio atlântico potencializaram as vendas de homens e mulheres e estes se tornaram moedas de trocas nas sociedades africanas. Essa escravidão ficou conhecida como capitalista, visto que ela alimentava o mercantilismo europeu e esse comércio colocou à disposição dessas sociedades diversos produtos que, até então, nunca tinham tido acesso, influenciando, assim, a economia e a forma de organizar a

política local. Lovejoy (2002) demonstra que a instituição da escravidão no continente africano através do comércio atlântico, modificou todos os setores internos nos locais em que ela se implantou. A produção econômica em algumas regiões da África passou a depender do trabalho escravo, o poder político o utilizava em grande medida nos exércitos. Assim, o comércio externo de venda de escravos tornou-se uma importante fonte de renda para o continente.

Outra grande consequência da presença europeia nas sociedades africanas consiste no aumento da diferenciação social entre os próprios africanos. As mercadorias europeias trazidas como objeto de troca se transformaram rapidamente em símbolos de status social e as armas, também, utilizadas como objetos de troca por escravos, passaram a ser fundamentais para a garantia de uma superioridade militar entre os reinos. A interferência europeia através do fornecimento de armas passou, conseqüentemente, a ser de suma importância para a conquista de mercados por parte desses reinos.

Um dos efeitos mais significativos da escravidão capitalista foi que ela aumentou exponencialmente o número de homens e mulheres retiradas do continente africano, alimentando a mão de obra utilizada nas colônias portuguesas, como Brasil, e nas britânicas, como os Estados Unidos. Além disso, a escravidão capitalista passou a tratar a população negra escravizada como objeto vivo de trabalho, visto que utilizavam como justificativa para pretensa maldição de Cam, e a consequência dessa visão foi a desumanização dos povos africanos escravizados.

Para Albuquerque e Fraga Junior (2006), o que diferencia a escravidão capitalista da doméstica e a islâmica é que, na primeira, os povos africanos foram tratados como um objeto, ou melhor, como mercadoria de venda, alimentando o capitalismo como próprio comércio de escravos, ou mesmo com o trabalho da população negra escravizada, nas diversas regiões do mundo ocidental. Os três tipos de escravidão, além de alterarem a realidade social dos povos africanos, ainda permitiram a difusão da cultura africana pelo mundo. O objetivo de abordar tal tópico no plano de ensino não foi estabelecer que uma escravidão era melhor do que a outra, mas entender que elas têm efeitos diferentes no mundo; isso permitiria discutir os efeitos da escravidão capitalista no Brasil, que foi um dos países que mais recebeu homens e mulheres africanas nessa situação. Esse foi o desafio posto no terceiro bimestre.

PLANO DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: COLONIALISMOS; RESISTÊNCIAS E INDEPENDÊNCIAS

Para o terceiro bimestre, estabeleci como desafio principal entender os impactos da escravidão capitalista sobre os povos africanos e seus diaspóricos, por isso a temática escolhida para discussão foi os colonialismos e as lutas pela independência. Como referências-base selecionamos o texto “A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão”, do historiador nigeriano Bethwell Allan Ogot (2010) e o texto “O processo de ‘roedura’ do continente africano e a Conferência de Berlim”, da historiadora brasileira Leila Hernandez (2005). Um dos conceitos centrais para mobilizar o debate foi o de colonialismos, pois nos permitiu problematizar a influência dos europeus sobre o continente africano e a intensificação da diáspora africana para o ocidente, desde o século XV até mesmo o processo conhecido como neocolonialismo – imperialismo – no século XIX.

Para entender como esses dois momentos históricos se relacionam, tive que recorrer à argumentação de Hernandez (2005), que afirma que o processo de “roedura” do continente africano começou a se esboçar com os portugueses. A espoliação africana, tanto nas riquezas quanto na população negra em situação de escravidão, demonstra, em certo modo, uma economia baseada na apropriação ou até um pré-imperialismo, mesmo que os portugueses não sejam imperialistas. Lógico que esse processo de domínio, chamado por Hernandez (Hernandez, 2005, p. 59) de roedura, se expandiu pelo território africano com o Imperialismo no século XIX.

[...] como aceleraram o processo de “roedura” do continente e tornaram acaloradas as discussões sobre a partilha, precipitadas pela forte crise do Império Otomano e pelo final do trato negreiro. O marco foi à conferência de Berlim [1885], cujas consequências para a África fazem-se presentes até os dias atuais.

O processo de domínio sobre as Áfricas e seus povos, pelos europeus, se deu desde a chegada de Portugal na África no século XV, com o continente se transformando em um gigantesco fornecedor de especiarias e mão de obra escravizada, o que provocou a maior diáspora que temos na história, até hoje, bem como permitiu a chegada de milhares de homens, mulheres e crianças

negras em situação de objeto de trabalho, espoliados de suas humanidades nas Américas, sendo o Brasil um dos principais destinos.

Apesar de a escravidão capitalista ser um mobilizador das relações sociais, dentro e fora da África em boa parte da modernidade, não podemos reduzir o continente somente a esse fenômeno. Ogot (2010) argumenta que as estruturas sociais, econômicas e políticas africanas não pararam de sofrer mudanças, entre os séculos XVI e XIX. Para entendermos essas mudanças, é fundamental considerar tanto fatores internos, como mudanças demográficas e ecológicas, como fatores externos como a escravidão, islâmica e capitalista. Por exemplo, do século XVI ao XIX, o comércio nas regiões costeiras de África se expandiu fortemente, desenvolvendo regiões bem urbanizadas que, muitas vezes, favoreceram laços entre as cidades e as áreas rurais, devido à venda de produtos agriculturáveis, além do deslocamento de pessoas, do campo para cidade.

Assim como o comércio, a partir do século XVI a vida política se concentrou cada vez mais nas áreas costeiras. Isso se deve muito às feitorias e aos portos que serviam de base aos corsários, o que potencializou ainda mais a retirada em massa de africanos que viviam em situação de escravidão. Um exemplo foi a construção do castelo de São Jorge da Mina, que fica no golfo da Guiné, atual Gana. A construção da fortaleza iniciou a 19 de janeiro de 1482, mas, ainda hoje, imponente, “apesar das muitas alterações que sofreu, o Castelo da Mina, foi a primeira edificação europeia nos trópicos e o centro do domínio português no Atlântico Sul durante século e meio” (Moreira, 1989, p. 103). De acordo com Hernandez (2005), o castelo possuía dois fossos que estocavam até mil africanos em situação de escravidão para venda.

Para além do comércio derivado da escravidão ou não, Ogot (2010) argumenta que o desenvolvimento do trabalho da cerâmica tornou-se industrial e, ademais, a indústria do vidro manteve sua expansão e propagou-se no conjunto do país iorubá, no Egito e no Magrebe. O autor ainda argumenta que:

Entre os shona do sul da Bacia do Zambeze, a extração mineira era muito desenvolvida e as minas de ouro e cobre constituíram o fundamento da economia da região até o século XVIII. O trabalho em couro florescia principalmente na Nigéria, onde a pecuária fornecia uma abundante matéria-prima. Do século XVI ao XVIII, a empalhação. (Ogot, 2010, p. 1060)

Outra área que se desenvolveu foi a tecelagem dos tapetes, a qual tomou um lugar igualmente importante dentre as indústrias da região do Níger-Chade. A fabricação do papel, que tinha substituído o papiro, desenvolveu-se principalmente no Egito. As indústrias alimentares que haviam se multiplicado na Idade Média, nas cidades do norte e do Sudão ocidental foram, também, implantadas nas cidades nigerianas (Ogot, 2010).

A África do norte, particularmente o Egito, especializou-se no cultivo da cana-de-açúcar e no refino do açúcar. A extração do óleo de oliva, de palma e de amendoim, assim como o trabalho com carnes, massas e especiarias conservou, de maneira geral, seu caráter artesanal. Na área têxtil, a cultura e a tecelagem do algodão estavam bem implantadas no platô do Zimbábue desde o século XVI. Da mesma forma, as cidades-Estados swahili eram famosas por seus tecidos. Na África central, do século XV ao XIX os tecidos de ráfia dos congos eram renomados. O comércio, com centros urbanos afastados, desempenhou um papel importante na economia africana anterior ao século XVI, favorecendo a produtividade, o desenvolvimento das civilizações urbanas e o estreitamento de laços entre as cidades e as áreas rurais (Ogot, 2010).

O que se percebe, a partir da argumentação de Ogot (2010) e Hernandez (2005), é que reduzir o continente africano somente ao espaço de captura de homens e mulheres escravizados, do século XV ao XIX, é cristalizar a imagem da África a uma condição de desumanidade. Sem sombra de dúvida, a escravidão é fator importante na história da maioria dos povos africanos, mas reduzi-los ao regime escravocrata é uma estratégia de inferiorização de uma historiografia europeia que não considerava as relações internas estabelecidas dentro do continente e que só foi possível questionar a partir de um fazer histórico que se escreve considerando o interno.

A pergunta que resta é o que essa abordagem pode oferecer para os futuros professores e professoras de História? – mais uma vez, reafirmo a importância de uma História plural, que permita ver a população negra brasileira para além da situação de escravos. Perceber essa população como descendente de um povo com um desenvolvimento social e cultural é importante porque o Brasil recebeu milhares de africanos, até o final do século XIX, em situação de objeto vivo de trabalho, e quando percebemos que o seu local de origem tem toda a efervescência relatada por Ogot (2010) e Hernandez (2005), nos perguntamos o que não nos contaram sobre a população negra africana no Brasil.

Para o quarto e último bimestre, estabelecemos como temática norteadora a África e sua luta pela independência, e para isso programei dois capítulos do livro *África em sala de Aula*, de Hernandez (2005), os quais se intitulam “O novo imperialismo e perspectiva africana da partilha” e “Civilizados e primitivos na constituição do sistema colonial africano”. Ao abordar a luta pela independência dos povos africanos, é quase impossível não comentar o século XIX, visto que esse se caracterizou pelo avanço do capitalismo na Ásia e na África. Hernandez (2005) chega a afirmar que, antes do século XIX, os europeus só conheciam vinte por cento do território africano. Para nós, mais importante do que falar do imperialismo em si, que os alunos veriam em história moderna – como verifiquei no ementário –, foi discutir as justificativas para a invasão dos diversos países da Europa sobre a África e Ásia. Oliva (2003, p. 436) argumenta que:

No século XIX, as crenças científicas, oriundas das concepções do Darwinismo Social e do Determinismo Racial, alocaram os africanos nos últimos degraus da evolução das ‘raças’ humanas. Infantis, primitivos, tribais, incapazes de aprender ou evoluir, os africanos deveriam receber a benfazeja ajuda europeia, por meio das intervenções imperialistas no continente.

A partir da argumentação de Oliva e com as contribuições de Hernandez (2005), não fica difícil entender que o traço fundamental na justificativa para o imperialismo do século XIX foi racismo. Por isso, qualquer discussão sobre as políticas imperialistas da Europa não se deve restringir apenas às questões econômicas, pois também era fruto do racismo e que agora ganhava respaldo nas teorias científicas do período, agregando, assim, as justificativas religiosas da escravidão do século XV.

Para Hernandez (2005), o culto à raça biológica³ estabelecido por cientistas da época, como Arthur de Gobineau (1816-1882), que considerava a divisão da espécie humana em três raças distintas e desiguais, negra, amarela e branca, com caracteres permanentes, transmitidos hereditariamente, e alertava para os riscos de degeneração que a mistura racial poderia causar. Dessa forma, a luta pela independência dos povos africanos a partir das primeiras décadas do século XX, para além da luta contra o domínio econômico, político, também foi uma luta contra o racismo, este utilizado como uma política de dominação. E a partir do contexto atual, podemos afirmar que, apesar de oficialmente a

maioria dos países africanos ter conseguido sua independência política, em nenhum momento isso representou autonomia econômica; além do mais, eles ainda vivenciam, diariamente, os efeitos do racismo, seja em seus territórios ou nos espaços que seus diaspóricos vivem.

Ao considerarmos a população brasileira, que carrega em seu corpo as marcas da ancestralidade africana, percebemos que o racismo é um elemento de sua história e que ela tem de lidar com ele no decorrer de sua vida, seja na faceta estrutural, institucional, interpessoal ou intrapessoal; e trabalhar uma história da África que permita a problematização da inferiorização histórica do continente é permitir que os brasileiros entendam que a população negra tem um direito de memória de seus ancestrais para além da escravidão, além de permitir entender o racismo como um sistema de opressão que foi criado como uma forma de domínio político e econômico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Organizar o plano de ensino de história da África não foi uma tarefa fácil para mim. Para além da carga horária que limitava muito as discussões, tinha a dificuldade de encontrar referências em português acessíveis, que me permitissem fazer com que os alunos e alunas do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão, tivessem contato com autores africanos e entendessem que existe uma historiografia sobre o continente que trabalha para desconstruir os preconceitos históricos impostos para aquele povo. Neste quesito, preciso ressaltar a importância da Coleção História Geral da África que, na época, tinha oito volumes, mas, no momento da escrita deste artigo, está com nove.

Outro movimento imprescindível para mim foi o de construir um plano de ensino em que os futuros professores e professoras percebessem a importância dessa disciplina para o questionamento do racismo vivenciado pela população negra brasileira, inclusive que a discussão de determinados temas da história dos povos africanos permite nos questionar sobre o que não nos foi contado dessa população, seja na África ou no Brasil. Por isso que, para cada bimestre, houve um esforço de minha parte de organizar os temas/conteúdos de uma forma que as relações entre Brasil e África sempre ficassem evidentes.

Abordar as interações sociais do continente africano entre os povos viventes ali ou com outros grupos, como os muçulmanos, antes da chegada dos portugueses no século XV, como foi planejado nos dois primeiros bimestres, é fundamental para problematizar uma ideia que a historiografia eurocêntrica construiu do isolamento dos povos africanos antes do contato intenso com os europeus, no período da expansão marítima. Ademais, permite que os futuros professores e professoras consigam demonstrar que a ancestralidade da população negra brasileira não se inicia na escravidão e sim em povos das Áfricas que tinha uma vitalidade social e que trouxeram para o Brasil mais do que sua forma de trabalho, vieram com conhecimento sobre agricultura, exploração de pedras preciosas, manejo da metalurgia, entre outros.

Além disso, discutir um continente africano que, mesmo depois da chegada dos europeus, não pode ser cristalizado na imagem da escravidão é fundamental para uma formação de professores e professoras que seja plural e contribua para o direito de memória da população negra brasileira, além de, mais uma vez, colocar em xeque uma historiografia que tende a difundir a ideia de uma África não-civilizada. Outro fator importante abordado no decorrer do texto foi entender que o racismo vivenciado por milhares de pessoas negras, no continente africano e fora dele, é fruto das políticas de dominação europeias, construídas no decorrer da história e reforçada, no século XIX, a partir de teorias científicas que, hoje, são fortemente questionadas.

Ao utilizar o plano de ensino em 2014, 2015 e 2016, com pequenas alterações, para ministrar a disciplina de história da África percebi que, muitas vezes, abri mão de precisões geográficas e históricas, incorrendo no perigo de generalizações que busquei combater nas aulas expositivas. Mas, mesmo assim, assumi o risco, pois o meu compromisso político com a disciplina não poderia se dar ao luxo de se perder nas filigranas teóricas.

Desse modo, ressalto o quanto é triste saber que a disciplina não é mais ofertada aos alunos e alunas desde 2017. Isso nos faz perceber que, mesmo que história de África esteja no projeto de implementação do curso para atender às determinações legislativas, ao ser situada como eletiva, o sistema de poder ainda pende para uma perspectiva de formação eurocêntrica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 20
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 003/2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação étnico-raciais e para a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2CFkvPR>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. *África Subsaariana: características básicas, partilha europeia e alguns conflitos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. História africana para compreensão da história do Brasil. In: PARANÁ. Secretária de Estado de Educação do Paraná. *História e cultura afro-brasileira e africana: educando para relações étnico-raciais*. Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 45-56.
- DIALLO, Cíntia Santos. *História da África e cultura afro-brasileira no ensino superior público: análises sobre currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em História em Mato Grosso do Sul (2003 –2016)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.
- FAGE, John Donnelly. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. p. 1-22.
- FELIPE, Delton Aparecido. *Narrativas para alteridade: o cinema na formação de professores e professoras para o ensino de história e cultural afro-brasileira e africana na educação básica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História da África – anterior aos descobrimentos – Idade Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. p. 61-71.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MENESES, Maria Paula G. Os espaços criados pelas palavras: racismo, etnicidades e encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 26-37
- MOREIRA, Rafael. *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa S.A, 1989.
- OBENGA, Théophile. Fontes e técnicas específicas da história da África: panorama geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org.): *História geral da África: I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982. p. 59-76.
- OGOT, Bethwell Allan. A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão. In: ODOT, Bethwell Allan (org.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília, DF: Unesco, 2010. p. 1057-1069.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 436-458, 2003.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-55.
- PRADO, Eliane Mimesse; GRAF, Márcia Elisa de Campos. O ensino da história da África nas escolas brasileiras. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: CEA-IUL, 2010. p. 46-58.
- SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. *Memórias d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Ana Paula; FELIPE, Delton. História da África e do povo negro no Brasil: construção de caminhos pedagógicos. In: FELIPE, Delton (org.). *Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira*. Maringá: Mondrian Editora, 2019.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília, DF: Unesco, 2013.

NOTAS

¹ O ementário do projeto de implementação curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Paraná –Campus de Campo de Mourão pode ser encontrado no seguinte link: <https://bit.ly/2Q4Nn7f> Acesso em 2 mar. 2019.

² Pan africanismo: é um movimento de caráter social, filosófico e político que visa promo-

ver a defesa dos direitos do povo africano, em África ou fora dela. Embora a nomenclatura pan-africanismo, à primeira vista, deixa implícita uma relação estreita com o continente africano, cabe ressaltar que essa ideologia tem sua origem nos países de colonização inglesa. Pode ser entendida ou abordada sob duas perspectivas, uma, quanto ao projeto de libertação dos povos africanos e seus descendentes, e outra quanto ao projeto de integração desses povos, em África e fora dela (Hernandez, 2005).

³ O continente africano pode ser dividido em África branca – ao norte, com predomínio da cultura árabe – e África negra ou subsaariana – sul do Saara, com culturas, identidades e territorialidades locais. Campos (2014) indica que essa divisão também possui problemas e destaca as diversas religiões como exemplo central, aliada às tradições africanas e à ancestralidade patriarcal das quais muitas transformações ocorreram e ocorrem no tocante às religiões.

⁴ Chamamos a atenção para o conceito de raça, porque, hoje, esse conceito deve ser visto como uma categoria discursiva e social e não uma categoria biológica. Ela organiza os sistemas de representação, práticas sociais e discursos que utilizam um conjunto, frequentemente, pouco específico de diferenças de características físicas como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo social de outro (Hall, 2006).

Artigo recebido em 07 de abril de 2019. Aprovado em 22 de setembro de 2019.